

Crises corroem os salários

Desde outubro de 1997, rendimento médio dos trabalhadores já caiu 7,8%, segundo IBGE

Editoria de Arte

Flávia Oliveira

As ondas de crise que, desde o segundo semestre de 1997, arrebatam na economia brasileira deixaram de ressaca os trabalhadores. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, da derrocada asiática à desvalorização do real, a renda média dos brasileiros que trabalham caiu de R\$ 689,63 para R\$ 677,90. Incluindo os 6,58% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período, a perda chega a 7,8%. Não é só. A combinação entre a recessão, o desemprego e a perda da capacidade de mobilização dos assalariados prejudica, em particular, os trabalhadores de baixa renda. No setor de construção civil — onde a renda média é de apenas 3,57 salários-mínimos por mês, a menor entre os setores pesquisados — a perda de poder aquisitivo chegou a 20,8%, de outubro de 97 a março de 99. Já os autônomos amargam queda de 11,7% nos rendimentos.

— A renda média dos trabalhadores caiu com as crises da Ásia e da Rússia, mas nenhuma delas teve impacto tão intenso quanto a desvalorização cambial, no início deste ano. E a tendência é de que as perdas continuem nos próximos meses — salienta Marilene Silva Mansaldo, chefe da Divisão de Estatística Mensal do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE.

Desvalorização do real provocou aumento da inflação no início de 99

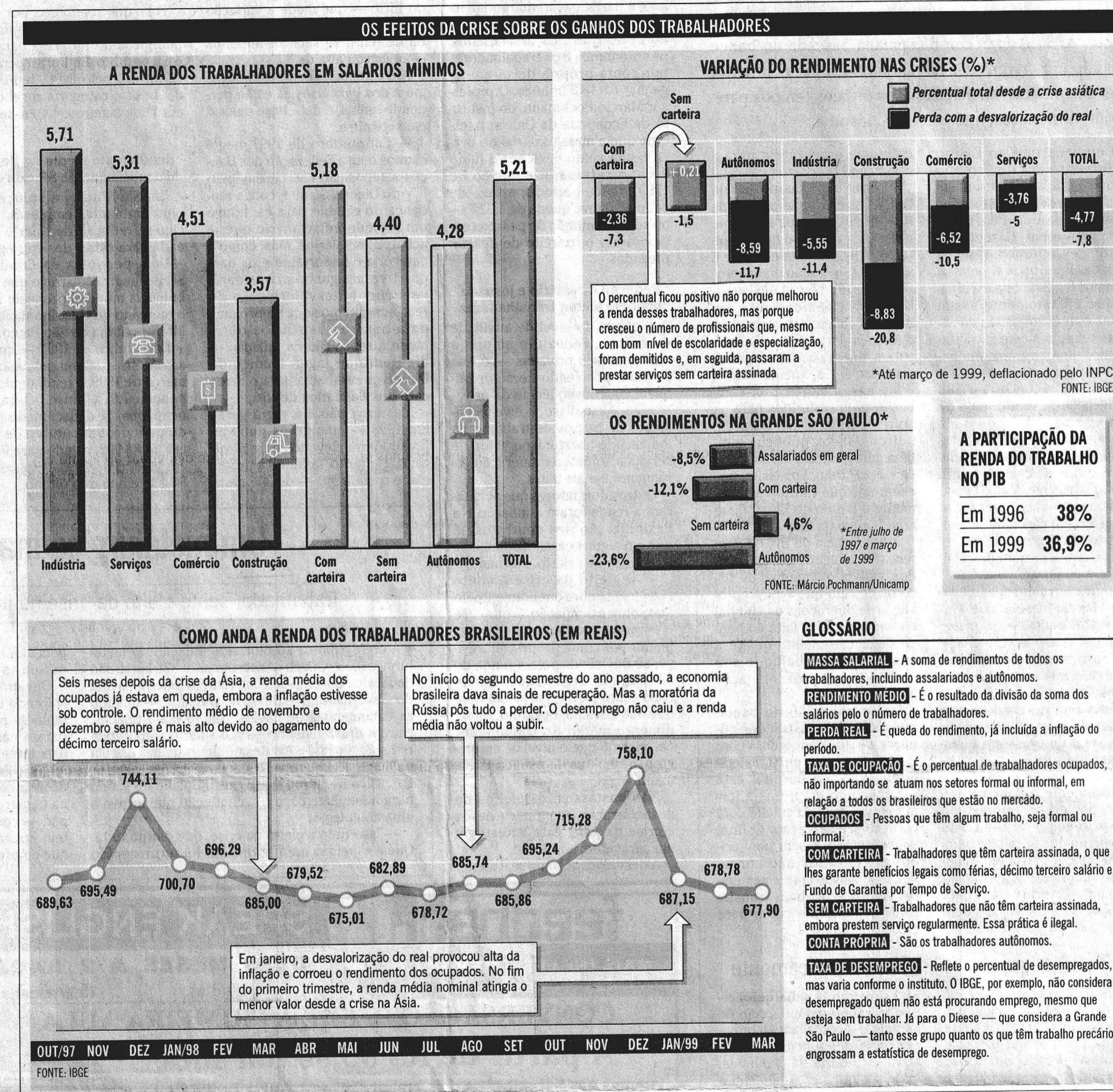
Somente no primeiro trimestre de 99, o salário médio dos ocupados caiu 4,77%. Ou seja, mais da metade das perdas salariais do último ano e meio ficou concentrada entre janeiro e março desse ano. Isso se deve não só ao repique inflacionário, mas às mudanças que a alta do dólar provocou nas negociações entre patrões e empregados. No ABC paulista, por exemplo, a queda na produção de automóveis fez os trabalhadores concordarem com reduções na carga horária e nos salários para manterem seus empregos. Diante da retração da economia, os reajustes acima da inflação também estão bem mais difíceis.

Já a crise da Ásia teve como efeito imediato o aumento do desemprego. O avanço de dois pontos percentuais na taxa (ainda hoje entre 7% e 8%) foi consequência do freio que a alta dos juros impôs à atividade econômica. O exército dos sem-trabalho — que passa de 1,4 milhão de pessoas nos seis principais centros urbanos do país, segundo o IBGE — aumenta a competição pelas vagas, cada vez mais escassas. É nesse ponto que a renda é afetada. Primeiro, porque os que conseguem ocupação ganham salários menores. Depois, porque a ameaça do desemprego mina a mobilização dos que têm trabalho.

Perda de renda atinge também as profissões de maior qualificação

— É muito difícil brigar por aumento de salários quando 30% da categoria está na informalidade — diz Severino Tavares da Silva, conhecido como Bill, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil do Rio.

A entidade estima que a categoria reúna cem mil trabalhadores na capital



GLOSSÁRIO

MASSA SALARIAL — A soma de rendimentos de todos os trabalhadores, incluindo assalariados e autônomos.

RENDIMENTO MÉDIO — É o resultado da divisão da soma dos salários pelo número de trabalhadores.

PERDA REAL — É queda do rendimento, já incluída a inflação do período.

TAXA DE OCUPAÇÃO — É o percentual de trabalhadores ocupados, não importando se atuam nos setores formal ou informal, em relação a todos os brasileiros que estão no mercado.

OCUPADOS — Pessoas que têm algum trabalho, seja formal ou informal.

COM CARTEIRA — Trabalhadores que têm carteira assinada, o que lhes garante benefícios legais como férias, décimo terceiro salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

SEM CARTEIRA — Trabalhadores que não têm carteira assinada, embora prestem serviço regularmente. Essa prática é ilegal.

CONTA PRÓPRIA — São os trabalhadores autônomos.

TAXA DE DESEMPREGO — Reflete o percentual de desempregados, mas varia conforme o instituto. O IBGE, por exemplo, não considera desempregado quem não está procurando emprego, mesmo que esteja sem trabalhar. Já para o Dieese — que considera a Grande São Paulo — tanto esse grupo quanto os que têm trabalho precário engrossam a estatística de desemprego.

fluminense. Desse total, 40% são serventes, cujo piso salarial é de R\$ 270 por mês. No acordo coletivo deste ano, o Sindicato do Rio conseguiu abono de R\$ 25 e reajuste de 4%, a partir de maio — de janeiro a abril, inflação foi de 3,73%. Além disso, depois de cinco anos de negociação, as empresas concordaram em oferecer alimentação aos empregados. Trata-se de um avanço enorme, salienta Bill. Em São Paulo, onde a construção demite cerca de dez mil por mês, o acordo ficou restrito a um abono de R\$ 19, revela o sindicalista carioca.

E a queda de renda não atinge só os trabalhadores de baixa qualificação.

Desde outubro de 97, os empregados da indústria perderam 11,4% de sua renda e os trabalhadores com carteira assinada, 7,3%. Os professores — e não só os do ensino público, que há dois anos só têm abono — também são exemplos.

— Em 97 e 98, tivemos aumento superior à inflação. Este ano, reivindicamos 3,86%, mas as escolas oferecem 3% condicionados ao fim de cláusulas sociais, como a concessão de bolsas para os filhos dos professores. Os patrões alegam que a crise aumentou a inadimplência — diz Francílio Paes Leme, presidente do sindicato que representa os professores do ensino particular.

Curiosamente, os dados do IBGE mostram que os sem carteira acumulam os menores prejuízos: -1,5% desde outubro de 97. Considerando só o primeiro trimestre deste ano, a variação é positiva em 0,21%. Marilene diz que o ganho aparente dos informais é explicado pelo aumento da massa salarial. Não foram poucos os trabalhadores que, mesmo com alta escolaridade e especialização, foram demitidos e passaram a prestar serviços para os antigos patrões.

— Mas a situação dos conta própria é mais grave, porque a perda de renda num segmento tão heterogêneo piora a distribuição de renda — diz o econo-

mista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em estudo recém-concluído, ele comparou as perdas salariais pós-crise asiática às do Governo Collor. Descobriu que, de outubro de 97 a fevereiro de 99, a queda real na renda per capita domiciliar foi de 1,9% ao ano. De março de 90 a setembro de 92, o arrocho bateu 18% ao ano. Ou seja, no início da década, o cenário dez vezes pior, assinala Neri. ■

- ESTUDO MOSTRA QUE A CRISE DERRUBOU A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO NO TOTAL DO PIB,

na página 30